

ENTRE O CURRÍCULO E A REALIDADE AMAZÔNICA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA DE ALTAMIRA – PA

José Antônio Herrera
Aloysio Marthins de Araújo Júnior

INTRODUÇÃO

A educação brasileira, sobretudo a partir dos anos 1990, tem sido reconfigurada sob reformas orientadas pelo ideário neoliberal (Ball, 2011; Freitas, 2018), que culminaram na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) e, mais recentemente, na reforma do ensino médio (Brasil, 2024). Essas políticas intensificam a centralização curricular e reduzem a autonomia docente, consolidando uma formação conteudista e instrumentalizada. Como afirma Silva (2018, p. 45), a BNCC “é expressão de uma dimensão regulatória e restritiva e reforça a ideia de que se trata de algo que conduz a uma formação sob controle”.

A pesquisa é fundamentada no materialismo histórico-dialético (Marx; Engels, 2007; Kosik, 1976; Saviani, 2008), que permite compreender o currículo como instrumento de disputa ideológica e expressão das relações sociais. Partindo da concepção de educação geográfica como essencial à formação crítica (Callai, 2012; Cavalcanti, 2008), busca-se analisar como os conteúdos dos livros didáticos utilizados nas escolas públicas de Altamira (PA) acabam por distanciar o conhecimento da realidade dos estudantes amazônidas, reforçando a lógica neoliberal e invisibilizando a complexidade socioespacial.

Altamira, lócus da pesquisa, é marcada por intensas contradições territoriais decorrentes da implantação de grandes projetos econômicos, como a UHE Belo Monte (Moreira; Herrera, 2021). Nesse contexto, investiga-se como práticas pedagógicas fundamentadas na realidade e na aprendizagem contextualizada podem contribuir para uma educação geográfica emancipatória e crítica da realidade vivida.

METODOLOGIA

A pesquisa utilizou a abordagem qualitativa (Minayo, 2010; Gil, 2002), articulando o método dialético com análise de conteúdo (Bardin, 2011) e procedimentos de pesquisa participante e colaborativa (Demo, 2000). A pesquisa colaborativa possibilitou a construção compartilhada de práticas entre pesquisadores e professores, respeitando a autonomia e as especificidades das escolas e das práticas pedagógicas locais (Franco, 2016).

O locus do estudo foram duas escolas públicas de Altamira: uma situada no centro urbano tradicional e outra na periferia da cidade, marcada por processos de deslocamento forçado devido à UHE Belo Monte (Herrera; Santana, 2016).

Os procedimentos envolveram análise documental, tais como documentos oficiais, planejamentos escolares e livros didáticos; entrevistas semiestruturadas com professores das séries finais do ensino fundamental de Geografia das duas escolas participantes da pesquisa, e observação participante e colaborativa em aulas e práticas pedagógicas.

Os livros utilizados na pesquisa são da coleção Superação: Geografia – 6º ao ano 9º (Silva *et al.*, 2022), coleção adotada nos anos letivos de 2022 a 2024 das escolas públicas de Altamira. Quatro professores foram acompanhados e entrevistados, dois de cada escola, sendo um responsável pelos 6º e 7º anos e outro pelos 8º e 9º anos. Para a sistematização deste resumo tomou-se como base o acompanhamento de oito aulas, sendo duas de cada série em cada uma das escolas parceiras da pesquisa.

A análise das informações possibilitou organizar os temas em categorias, permitindo relacionar o exposto com as aulas, seguindo a orientação do conteúdo e as práticas pedagógicas cotidianas e suas possibilidades de resistência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que o ensino de geografia, quando prioriza apenas o uso direto dos livros didáticos, desconsidera a realidade amazônica e as contradições que estruturam o território de Altamira. Algumas limitações da abordagem conteudista no ensino, como a reprodução direta dos conteúdos dos livros didáticos, foram superadas pelos professores por meio de práticas pautadas na aprendizagem contextualizada. A seguir descreve-se uma breve síntese do observado:

No 6º ano:

Quando estudado o relevo brasileiro, observou-se a generalização das formas de relevo, sem relação com a realidade amazônica e altamirense. Como alternativa, os professores propuseram leituras e interpretações do relevo de Altamira, realizando saídas de campo e produção de mapas locais, possibilitando aos estudantes a apropriação concreta do espaço vivido.

No 7º ano:

Dinâmicas populacionais e urbanização normalmente são trabalhados deslocados das especificidades amazônicas e da urbanização de Altamira, mas, foram ressignificados por meio da análise de dados do IBGE, do estudo de fluxos migratórios locais e da problematização dos

impactos da urbanização na cidade de Altamira. Desta forma, os estudantes puderam compreender melhor as dinâmicas populacionais da sua própria realidade.

No 8º ano:

Ao abordar a industrialização e a regionalização do espaço brasileiro, os livros didáticos apresentam forte ênfase nas regiões Sudeste e Sul, silenciando o papel da Amazônia ou as consequências dos processos industriais nos diferentes territórios. Entretanto, como alternativa foram debatidos os impactos da implantação da UHE Belo Monte, analisando as implicações socioambientais do empreendimento, e trazendo à tona os conflitos territoriais e as contradições desse processo.

No 9º ano:

A questão pautada passou pelo tratamento genérico da globalização, desconsiderando as redes locais e regionais, sendo problematizada com a proposta de mapear as redes de circulação, fluxos econômicos e sociais que conectam Altamira ao território regional e nacional. Os professores levaram os estudantes a produzir mapas e fluxogramas que permitiram a leitura crítica das relações de poder e dependência no contexto amazônico.

Portanto, nas escolas e professores observados em suas práticas pedagógicas, os mesmos construíram alternativas, se distanciando do ensino conteudista e promovendo a educação geográfica pautada na leitura espacial, incorporando temas como conflitos territoriais, dinâmicas populacionais locais e impactos socioambientais geradas por grandes projetos na Amazônia.

As práticas adotadas pelos professores para criar caminhos alternativos que aproximam o conteúdo da realidade dos estudantes demonstram que, mesmo em um cenário de normatização curricular e restrição da autonomia docente, é possível mobilizar estratégias pedagógicas que favoreçam a leitura crítica da realidade. Essas práticas articulam os conteúdos às especificidades do território, envolvendo os estudantes no processo de aprendizagem como sujeitos histórico-sociais que participam e colaboram tanto em sua própria formação quanto na construção do coletivo que compartilha realidades semelhantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conteúdos abordados nas séries finais do ensino fundamental estavam presentes na coleção *Superação: Geografia* (Silva *et al.*, 2022) e eram apresentados de forma generalizada, com algumas observações em destaque, mas sem referências específicas a uma região ou outra. Esse fato ganha destaque ao se concluir que os livros didáticos, por sua natureza, não conseguem

expressar plenamente as diversidades geográficas, especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil.

As práticas pedagógicas executadas na perspectiva da educação geográfica, tendo o espaço geográfico como elemento central, promovem a leitura crítica da realidade incorporando as contradições territoriais e as experiências concretas dos sujeitos, considerando as transformações na cidade de Altamira e os problemas socioambientais vividos na Amazônia. Isto reafirma o papel da educação geográfica no processo de superação da formação alienante, como campo estratégico na formação crítica (Arroyo, 2012).

Assim, fica evidenciado ser possível produzir a educação geográfica contra-hegemônica, mesmo em tempos de reformas neoliberais.

Palavras-chave: Amazônia; Educação Geográfica; Aprendizagem Contextualizada.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. **Coleção Expedições geográficas: Geografia do 6º ao 9º ano**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas**. Trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2012.

BALL, Stephen J. **Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Porto Alegre: Penso, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2018.

BRASIL. Lei n. 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, ed. 147, Seção 1, p. 5, 1 ago. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/lei-14945>. Acesso em: 06 fev. 2025.

BOLIGIAN, Levon; ALVES, Andressa. **Geografia: Ensino Fundamental: anos finais: 6º ano**. São Paulo: Ed. do Brasil, 2022. (Material Didático - PNLD 2024).

CALLAI, Helena Copetti. Educação geográfica: ensinar e aprender Geografia. In: CASTELLAR, Sonia M. Vanzella; MUNHOZ, Gislaine Batista (orgs.). **Conhecimentos escolares e caminhos metodológicos**. São Paulo: Xamã, 2012. p. 73-87.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade: Ensaio sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas: Papirus, 2008.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2000.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERRERA, José Antônio; SANTANA, Nelivaldo Cardoso. Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 20, p. 250-266, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/122657/122600>. Acesso em: 2 mar. 2025.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria C. de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOREIRA, Rodolfo Pragana; HERRERA, José Antônio. A desterritorialização tem naturezas: o caso do Baixão do Tufi, Altamira-Pará. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v. 25, n. 3, p. 912-927, 2021. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_3/agb_xxv_3_web/agb_xxv_3-07.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Mônica R. O golpe no ensino médio em três atos que se completam. In: AZEVEDO, José C. de; REIS, Jonas T. (orgs.). **Políticas educacionais no Brasil pós-golpe**. Porto Alegre: Ed. Universitária Metodista IPA, 2018. p. 41-54.

SILVA, Raffael G. da; RODRIGUES, Érika F.; FERNOCCHI, Guilherme dos Santos (assists.). **Superação: Geografia: 6º a 9º ano: manual do professor**. São Paulo: Moderna, 2022.